

# Entre salão e instituto: o primeiro romantismo no Brasil e na Argentina

Received: 01/11/2024 | Revised: 10/01/2025 | Accepted: 21/01/2025  
DOI: 10.17230/co-herencia.22.42.6

**Marcelo Freddi Lotufo\***

marcelo.lotufo@ufsc.br

**Resumo** Este trabalho toma como ponto de partida a assertão de Adriana Amante (2010) de que o horizonte de possibilidades do romantismo no Brasil e na Argentina foi definido por Pedro II e Juan Manuel Rosas, respectivamente. Para a crítica argentina, a forma como cada governante se relacionou com as elites letreadas determinou o tom – um de apoio e outro de combate – que as primeiras gerações de escritores românticos assumiram em cada país. Neste trabalho desdobra a afirmação de Amante para mostrar como a influência de Rosas e Pedro II no desenvolvimento das tradições literárias em cada país passa principalmente pelas formas de organização que impuseram a cada grupo, uma oficial – no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – e outra informal e eventualmente clandestina – no Salão de Marcos Sastre e na Associação de Maio. Por fim, exploro, através das trajetórias de Gonçalves de Magalhães e Juan Bautista Alberdi, o resultado que essas formas de organização mais ou menos oficiais terão nas tradições intelectuais de cada país.

\* Doutor em Literatura Comparada. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.  
ORCID: 0000-0003-3716-4028.

**Palavras-chave:**

Geração de 1837, Gonçalves de Magalhães, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Juan Bautista Alberdi, romantismo, Segundo Império, Salão de Marcos Sastre.

## Entre el salón y el instituto: el primer romanticismo en Brasil y Argentina

**Abstract** Este trabajo toma como punto de partida la afirmación de Adriana Amante (2010) según la cual el horizonte de posibilidades del romanticismo en Brasil y Argentina fue definido, respectivamente, por Pedro II y Juan Manuel Rosas. Para la crítica argentina, la manera en que cada gobernante se relacionó con las élites letreadas determinó el

tono —uno de apoyo y otro de confrontación— que adoptaron las primeras generaciones de escritores románticos en cada país. En este trabajo desarollo la afirmación de Amante para mostrar cómo la influencia de Rosas y Pedro II en el desarrollo de las tradiciones literarias de cada país se manifiesta principalmente en las formas de organización que impusieron a cada grupo: una oficial —el Instituto Histórico y Geográfico Brasileño— y otra informal y eventualmente clandestina —el Salón de Marcos Sastre y la Asociación de Mayo. Finalmente, exploro, a través de las trayectorias de Gonçalves de Magalhães y Juan Bautista Alberdi, el impacto que estas formas de organización, más o menos oficiales, tendrán en las tradiciones intelectuales de cada nación.

**Palabras clave:**

Generación de 1837, Gonçalves de Magalhães, Instituto Histórico y Geográfico Brasileño, Juan Bautista Alberdi, romanticismo, Segundo Imperio, Salón de Marcos Sastre.

## **Between Salon and Institute: The First Romanticism in Brazil and Argentina**

**Abstract** This paper takes as its starting point Adriana Amante's (2010) assertion that the horizon of possibilities for Romanticism in Brazil and Argentina was defined by Pedro II and Juan Manuel Rosas, respectively. According to the Argentine critic, the way each ruler engaged with the literary elites determined the tone—supportive in one case and oppositional in the other—that the first generations of Romantic writers adopted in each country. This study develops Amante's claim to show how the influence of Rosas and Pedro II on the development of literary traditions in their respective nations was shaped primarily by the organizational forms they imposed: one official—the Brazilian Historical and Geographical Institute—and the other informal and at times clandestine—the Salón de Marcos Sastre and the Asociación de Mayo. Finally, I explore, through the trajectories of Gonçalves de Magalhães and Juan Bautista Alberdi, the consequences these more or less official structures had on the intellectual traditions of each country.

**Keywords:**

Generation of 1837, Gonçalves de Magalhães, Brazilian Historical and Geographical Institute, Juan Bautista Alberdi, Romanticism, Second Empire, Salón de Marcos Sastre.

Adriana Amante, em seu importante estudo sobre os escritores românticos argentinos exilados no Brasil, aponta como determinante para o desenvolvimento do romantismo nesses países as diferentes relações que essas gerações de autores estabeleceram com seus governantes. Isto é, o horizonte de possibilidades para a atuação da

geração de 1837 na Argentina e para os intelectuais do Segundo Império no Brasil foi em grande medida determinado pela relação que os escritores estabeleceram com Pedro II e com Juan Manuel Rosas, respectivamente. Se a monarquia brasileira demonstrou um desejo de apoiar os jovens intelectuais românticos durante todo o Segundo Império, financiando seus projetos e fomentando diferentes instituições que poderiam abrigá-los, como a Academia Imperial de Belas Artes, o Colégio Pedro II e, principalmente, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (doravante IHGB); na Argentina Juan Manuel Rosas veria com desconfiança a geração de jovens pensadores que surgira na primeira metade do século XIX em seu país, e fecharia grande parte das instituições culturais de Buenos Aires por considerá-las celeiros da oposição unitária ao seu governo.

Nas palavras de Adriana Amante:

[...] (tal vez menos astuto, en este sentido, que Pedro II) [Juan Manuel Rosas] rechazó insistentemente todas las propuestas más o menos explícitas que el grupo de jóvenes ilustrados le hizo para ponerse al servicio de la política del gobierno, como ideólogos de un dogma político nuevo, que contemplaba con la inteligencia la obra de conformación de una nación y que le diera una constitución (2010, pp. 218-219).

O resultado mais imediato das diferentes atitudes do Estado vis-à-vis a cultura letrada em cada país está na forma como esses escritores puderam se organizar e na dinâmica que a vida intelectual tomou no Brasil e na Argentina após a independência de ambos os países. A relação próxima do romantismo com Pedro II, ou da literatura brasileira romântica com o projeto de construção nacional da monarquia, trouxe os escritores brasileiros para dentro do próprio projeto modernizador das elites nacionais. E o Imperador, como já apontou Lilia Moritz Schwarz (1998), não foi só objeto da iconografia oficial, mas participante ativo das discussões sobre os rumos das artes no Brasil, ocupando o cargo de presidente vitalício do IHGB, onde parte considerável da elite cultural romântica se congregava. Na Argentina a desconfiança de Rosas quanto à cultura letrada levaria essa geração a construir sua unidade às margens do Estado e de suas instituições, como forma de disputar o seu controle. Não por acaso, Ricardo Rojas (1958) em sua seminal *História da Literatura Argentina*

a denominaria “a geração proscrita”, que se formaria e ganharia unidade no exílio e no enfrentamento a Rosas.

Na primeira metade do século XIX, os românticos brasileiros organizaram-se principalmente dentro de instituições oficiais, com o destaque para o já mencionado IHGB, onde se manteriam por quase todo o Segundo Império, enquanto os argentinos privilegiaram os salões literários, com destaque para o organizado na livraria de Marcos Sastre em 1837, que se tornou um refúgio informal para os jovens de Buenos Aires discutirem suas ideias para o país e sua literatura em um momento no qual a universidade local passava por um expurgo (Weinberg, 1958, p. 13). Ainda que o salão de Sastre durasse somente um ano, sua influência na geração de 1837 não pode ser subestimada. É nesse Salão, do qual participariam Esteban Echeverría, Juan María Gutiérrez, Juan Bautista Alberdi, entre outros, que os ideais românticos começarão a circular na Argentina; assim como é no IHGB que a iconografia romântica será discutida e popularizada entre as elites letreadas do império, a partir do trabalho de Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e Gonçalves Dias.

As duas formas de organizar-se marcaram o romantismo de cada país e, como espero demonstrar, terão consequências importantes e diversas na estruturação da literatura e da sua relação com o Estado no Brasil e na Argentina. Para entendermos como a hierarquia e oficialidade do IHGB e o espírito mais horizontal e informal do salão literário marcaram o romantismo em cada país, após uma breve apresentação dessas duas instituições, analisaremos as trajetórias de Gonçalves de Magalhães e de Juan Bautista Alberdi. As trajetórias de ambos são representativas de seus pares geracionais e deixam claro como a busca pelo consenso marcará o debate literário até fins do XIX no Brasil, enquanto na Argentina a disputa por posições será mais aberta e belicosa, resultando em projetos divergentes para o país até ao menos o fim do século XIX.

## I. O Salão Literário de Marcos Sastre

No caso do Salão Literário de Marcos Sastre, nos interessa entender, por um lado, como se tornou um centro importante para a difusão de ideais românticos entre os jovens da geração de 1837 e, por outro, como um espaço menos oficial do que uma universidade – ou o IHGB no Brasil – influenciou a maneira como o debate sobre a formação nacional e sua relação com a literatura ocorreu na Argentina. A origem do salão está, de certa forma, imbricada na própria realidade política instável da região do Rio da Prata. Marcos Sastre, afinal, mudara-se para Buenos Aires e montara sua livraria em 1833 devido às instabilidades políticas no Uruguai e a iminente derrota de Fructuoso Rivera, governante que este apoiara (Weinberg, 1958). A livraria de Sastre, primeiro com o nome de Nueva Librería e, posteriormente, com o nome emblemático de Librería Argentina, destacar-se-ia por um catálogo cuidadoso, montado através de acervo próprio e da aquisição de coleções importadas de outras livrarias, sempre de acordo com os interesses dos jovens intelectuais do período, entre os quais Sastre era figura de destaque.<sup>1</sup>

Nas palavras do próprio livreiro, sua livraria oferecia uma seleção de livros que não eram “elegidas azarosamente o impuestas por un simple lucro”, mas que eram “producto de escrupulosas y cuidadas selecciones” (Parada, 2007, p. 225). Como forma de movimentar sua livraria, Sastre montou um gabinete de leitura, onde clientes poderiam, mediante uma pequena assinatura, utilizar o seu acervo como uma biblioteca. Em um momento no qual a Universidade de Buenos Aires começava a sofrer com a falta de apoio do governo Rosas e o início de um expurgo que levaria ao seu fechamento temporário, o gabinete de leitura tornar-se-ia um importante ponto de encontro para os jovens intelectuais portenhos do período que não se sentiam mais à vontade na universidade. Capitalizando na presença desses jovens, Sastre organiza um pequeno salão literário para discussão

<sup>1</sup> Tanto o catálogo dos livros disponíveis na livraria de Sastre como os anúncios e a história da mesma são tratados de forma extensa e cuidadosa, com diversas imagens e reproduções facsimilares, no artigo de Alejandro Parada (2007, pp. 215-271), indicado na bibliografia final.

e debates, no qual Echeverría, Juan María Gutiérrez, Juan Bautista Alberdi e outros começariam a se firmar como importantes figuras da sua geração.

O catálogo montado por Sastre é chave para entendermos como a visão da geração de 1837 seria moldada pelas novas ideias românticas, desviando-se do neoclassicismo da geração de 1810 que fizera a independência do país. O catálogo, publicado pela livraria em 1835 como forma de atrair clientes para sua loja, é sintomático do horizonte que os jovens intelectuais da época começavam a vislumbrar. Ele congrega os principais nomes do romantismo francês, como François-René de Chateaubriand, Germaine de Staél, Sismonde de Sismondi e Bernardin de Saint Pierre. Constam também os nomes de Walter Scott e Alexander Von Humboldt, duas figuras-chave para a formação do romantismo nas Américas, além de Jean Jacques Rousseau, La Fontaine e Dante, leituras fundantes para a constituição do ethos romântico.

Além dos livros-chave do romantismo europeu, o gabinete de leitura também disponibilizava as últimas publicações sobre a região do Prata, convidando os jovens a pensarem na identidade literária que gostariam de construir para a região. Merece destaque, nesse sentido, a antologia *La lira argentina: o colección de las piezas poéticas dadas a luz en Buenos Aires durante la guerra de su independencia*, publicada em 1824, que organizava a literatura produzida pela geração de 1810 na região; uma primeira tentativa de demarcar as características próprias da literatura argentina. Ademais, Sastre integraria à sua coleção, em 1837, o importante *Rimas*, de Esteban Echeverría, considerado o primeiro livro romântico escrito por um autor argentino, que seria foco de debates no Salão. A importância do livro para os jovens de 1837 pode ser percebida pela sua menção em anúncios publicados por Sastre nos jornais da época, onde indicava com destaque a aquisição pelo seu gabinete de leitura dessa nova obra, convidando os leitores de Buenos Aires a irem conhecê-la em sua livraria.

A perspectiva romântica presente no acervo também pode ser percebida nos textos lidos no salão literário organizado por Sastre, alguns dos quais seriam publicados nos jornais da época.

A circulação desses textos permitia que jovens localizados fora de Buenos Aires também participassem do movimento, como aconteceria com Domingo Faustino Sarmiento, que seguiria as discussões por correspondência e pela imprensa desde sua San Juan natal. Já no texto de abertura do Salão, lido pelo próprio Sastre, a oposição entre o novo – ou os jovens – e o velho é bastante clara, assim como uma preocupação com a modernização cultural do país, um impulso bastante semelhante ao proposto pelos jovens da revista *Nitheroy* (1836) no Brasil (cf. Lotufo, 2015).

Sastre proporia que os encontros buscassem discutir a cultura nacional argentina, colaborando para o seu desenvolvimento e modernização, uma proposta alinhada aos demais movimentos românticos da América Latina: “[...] una instrucción que enriquezca los espíritus de todo el pueblo con los tesoros de la ciencia moderna, sin salir del círculo de los estudios que convienen a las exigencias del país, y a sus progresos” (1958, p. 117). Juan María Gutiérrez, por sua vez, apontaria em seu discurso para a necessidade de procurar uma maior autonomia para a literatura produzida na região do Prata, distanciando-a daquela produzida na Espanha e dando-lhe um caráter específico e nacional. Ele expressa a vontade de iniciar uma tradição própria, argentina, repetindo nas letras o gesto de rompimento que a geração de 1810 buscara na política, um desafio particular para as literaturas do continente escritas na mesma língua do colonizador: “[...] emanciparnos de las tradiciones [literarias] peninsulares, como supimos hacerlo en política, cuando nos proclamamos libres” (Gutiérrez, 1958, p. 145). Era uma proposta que também buscava o rompimento, em nome do nacionalismo romântico, com as formas neoclássicas da geração anterior, que pareceria excessivamente radical para alguns membros do Salão ainda apegados à literatura ibérica, como o próprio Sastre, talvez preocupado em não afastar participantes mais velhos de sua livraria.

O ponto de maior disputa no Salão, entretanto, não está na agenda romântica que, aos poucos, se transformaria no horizonte comum dos jovens de 1837, mas na forma como propunham lidar com o Estado argentino e o governo do caudilho Rosas. Para alguns como Sastre e Alberdi, seria importante buscar uma aproximação com o caudilho,

pois essa aliança significaria a aproximação com o próprio Estado e possibilitaria uma maior tração às propostas do Salão. Seria o Estado, afinal, que poderia colocar em prática a agenda modernizadora que almejavam. Ademais, acreditavam que a construção da nova nação dependeria da mão forte de um governante capaz de unir o país, encerrando os conflitos que se seguiram à independência e que ainda opunham províncias da região umas contra as outras.

Sastre, no mesmo discurso já mencionado, estende a mão a Rosas, e afirma que “el país se encuentra vigoroso; el gobierno, fuerte y sabio; reina la paz; el orden está asegurado. ¡Todo nos anuncia una época venturosa! Todos, pues, debemos esforzarnos en sostener la marcha del progreso pacífico de la nación” (1958, p. 122). A própria agenda romântica, o determinismo geográfico e climático, seria usada para defender a necessidade de um governo forte no país e sugerir que o caudilho bonaerense seria um desdobramento natural da revolução de 1810.<sup>2</sup> A superação do caudilhismo e a ascensão de um governo verdadeiramente republicano dar-se-ia pelo próprio processo de modernização do país e da instituição de uma constituição que limitasse o poder de Rosas, posição defendida por Alberdi, como veremos mais adiante, mas frontalmente condenada por Florêncio Varela que acompanhava os debates do exílio no Uruguai. Respondendo a uma carta de Juan María Gutiérrez, que lhe fora enviada acompanhada dos textos lidos no Salão, o jovem Varela acusa Alberdi de não fazer sentido e recusa comentar as suas posições:

El discurso del señor Alberdi será muy bueno, o muy malo, pero yo no puedo decidirlo, porque a excepción de la idea dominante (que también es falsa) digo a usted, con la más sincera verdad, que no comprendo una sola de sus frases; no sé lo que quieren expresar, ni a dónde se dirige su autor (Varela, 1958 [1837], pp. 184-185).

<sup>2</sup> Este argumento está disseminado em diferentes textos da geração de 1837, mas pode ser visto de forma exemplar em *Facundo: civilização e barbárie*, livro seminal de Domingo Faustino Sarmiento. Para o escritor argentino, o caudilhismo não existia no vácuo, mas “en relación con la fisionomía de la naturaleza grandiosamente salvaje que prevalece en la inmensa extensión de la República Argentina”; e os caudilhos seriam “expresión fiel de una manera de ser de un Pueblo, de sus preocupaciones e instintos” (Sarmiento, 2011, p. 48).

Esteban Echeverría também expressa uma posição oposta à de Sastre e Alberdi, deixando claro que a Argentina que ele imaginava, republicana e democrática, não poderia nascer sob o jugo de um despota:

No nos pide la patria una idolatría ciega, sino un culto racional; no gritos de entusiasmo, sino la labor de nuestro entendimiento; porque el entusiasmo ardoroso y la veneración idólatra, si bien útiles y necesarios en épocas heroicas para conmover y electrizar los pechos, no lo son en aquellas en que debe reinar la fría y despreocupada reflexión (Echeverría, 1958, p. 155).

Echeverría, alguns anos mais velho do que seus colegas de Salão e recém retornado de uma estadia na França (1825-1830) onde entrara em contato com o romantismo europeu, fora convidado por Sastre para comandar os encontros do Salão, mas declinara o convite, possivelmente por prever sua discordância com o dono da livraria e alguns dos frequentadores dos encontros. Echeverría, Sarmiento e outros, buscariam fundar uma nova associação, *La Asociación de Mayo*, voltada especificamente para o combate a Rosas.<sup>3</sup>

A realidade horizontal do Salão, o deixava aberto para que diferentes posições fossem verbalizadas e discutidas em seus encontros, dificultando a transformação do espaço em uma frente unida de combate a Rosas. No Salão, tanto posições unitárias como federalistas eram expostas, tanto o desejo de combater como de se associar a Rosas, sem uma necessidade de que uma posição fosse escolhida ou colocada em prática, um luxo de quem ainda buscava um caminho. A crescente violência do caudilho, entretanto, obrigaria até aqueles abertos a trabalhar com seu governo a partirem para o exílio e resultaria na união desses jovens à geração de 1810 em uma frente ampla de combate a Rosas. Essa união para retomar a Argentina, entretanto, não resolveria as diferenças de posições que já haviam aparecido no Salão, mas sim adiaria essas disputas para um outro momento, após a derrota do caudilho.

---

<sup>3</sup> Ver, sobre esta transição entre o Salão e a Associação de Maio, o ensaio de Jorge Myers (2003).

## II. O Instituto Histórico e Geográfico

No Brasil, como já apontamos, a intelectualidade do Segundo Império se congregará, principalmente, nas instituições oficiais do governo, como a Academia Imperial de Belas Artes, o Colégio Pedro II e, principalmente, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Fundado em 1838 como um desdobramento das reuniões da Associação Auxiliadora da Indústria Nacional, por proposta de Januário da Cunha Barbosa e Marechal Raimundo José da Cunha Matos, o IHGB será pensado desde a sua concepção como um espaço para discutir a cultura oficial da monarquia, visando fortalecer o projeto modernizador que ela acreditava representar. Em seu documento inaugural, publicado na primeira edição da *Revista do IHGB*, seus fundadores deixam clara a relação próxima que desejavam manter com o jovem Estado brasileiro:

Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que em uma monarquia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em maior soma de luzes deve formar o maior grão de felicidade pública, são as letras de uma absoluta e indispesável necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a história e a geografia do país, devem ministrar auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os Brasileiros (1839, p. 5).

A retórica do Instituto, portanto, era de oficialidade, alinhada à da própria monarquia e previa um horizonte de coesão e ação que não estava tão claro no Salão de Sastre. O próprio documento de fundação do IHGB, uma proposta de regras e ideais a serem seguidos pelos seus membros, indica a necessidade de acatar certas posições coletivas ao se entrar para a instituição, algo bastante diverso do que vimos no Salão de Sastre. Ainda assim, o IHGB ecoava a agenda modernizadora do período, também presente nos jovens de 1837, que fora central para a instituição do romantismo no país, como fica claro nas páginas da revista *Nitheroy*, publicada dois anos antes da fundação do Instituto. É interessante notar, entretanto, que a retórica de rompimento com o passado, de oposição entre jovens e

velhos, pedra de toque do romantismo europeu, da revista *Nitheroy* e do próprio Salão de Sastre, como já analisamos, se tornaria bastante amena no IHGB, órgão oficial de uma monarquia que tinha suas origens na família real portuguesa.

A proximidade com o Estado, no caso do Brasil, significava, em grande medida, uma proximidade com o próprio imperador. Não por acaso, Pedro II seria apontado presidente vitalício do IHGB e, uma vez no trono, convidaria a instituição para funcionar não mais na sede da Sociedade Auxiliadora, mas no próprio Paço Imperial. A coroa seria uma financiadora constante das atividades do IHGB e de seus membros, oferecendo bolsas e prêmios para os intelectuais que se dispusessem a trabalhar junto do governo. A monarquia de Bragança e a elite brasileira, entretanto, mesmo com o rompimento político que significara a independência de 1822, representavam uma continuidade espiritual com o período colonial e Portugal. Como aponta Paschoal Magalhães, diferentemente do que acontecera na Argentina, onde os jovens de 1837 estudaram em sua maioria na Universidade de Buenos Aires, a formação da elite brasileira dera-se em grande parte na Universidade de Coimbra e tinha fortes laços com a monarquia portuguesa.

Ademais, parte considerável dos membros fundadores do IHGB eram advindos da elite lusa que acompanhara João VI em sua vinda ao Brasil em 1808 e não estavam dispostos a adotar uma retórica antilusitana. Não era estranho, então, que, segundo Paschoal Guimãraes, “nada foi impresso que pudesse evidenciar qualquer indício de contestação ao sistema colonial. A publicidade que a *Revista* [do IHGB] deu à documentação do passado remoto do império traz as marcas da continuidade, da centralização e da legitimidade” (1995, p. 132). Regiam os debates do IHGB a preocupação e a defesa da monarquia de Bragança e de sua história, oferecendo uma missão clara e um horizonte comum para os intelectuais que ali se encontravam.

A escrita da história nacional e a criação de uma iconografia oficial seriam aspectos centrais das atividades do IHGB. Parte central da função do IHGB estava em construir arquivos preocupados em registrar e estudar a realidade do país, o que se daria através do envio de materiais por membros correspondentes do Instituto, de

governos provinciais ou de coletas feitas por expedições organizadas pela própria entidade. Conhecer a geografia, o clima e a natureza era aspecto central tanto para uma boa gestão das instituições do jovem Estado brasileiro, como para a criação de uma cultura nacional e o avanço de uma agenda modernizadora, sempre visando fortalecer a unidade política do país e a própria dinastia de Bragança.

O caráter oficial do Instituto, organizado de forma hierárquica, permitia um maior controle desses processos e dessas narrativas, mantendo sua coerência com a missão da entidade. Os debates e decisões eram filtrados pela hierarquia da instituição, pela presidência, secretários e membros sêniores, o que favorecia tanto a fachada de coerência de posições como a ascensão daqueles que estavam alinhados com as posições oficiais. A tentativa de controlar e direcionar os debates pode ser vista já no segundo volume da *Revista do IHGB*, em que sua diretoria apresenta questões que deveriam ser desenvolvidas pelos seus membros, com uma comissão que premiaria os melhores estudos sobre os temas eleitos:

Para o ano de 1841, uma medalha de ouro, no valor de 200\$000, a quem escrever a melhor memória sobre a – História da Legislação peculiar do Brasil, durante o domínio da Mãe Pátria.

Para o ano de 1842, uma medalha de ouro no valor de 200\$000, a quem apresentar o mais acertado – Plano de se escrever a História antiga e moderna do Brasil, organizada com tal sistema que nela se comprehendam as suas partes política, civil, eclesiástica, e literária. (1840, p. 642)

No terceiro volume da revista, o próprio Imperador anuncia outros prêmios, agora oferecidos pela própria coroa: uma medalha de ouro para quem apresentar “os melhores trabalhos estatísticos”, outra para “os melhores trabalhos históricos” e ainda uma terceira para aquele que apresentar “a melhor geografia deste Império” (1841, pp. 557-558). Os vencedores, escolhidos sempre pelo establishment do IHGB, ganhariam não só um prêmio pessoal, mas também teriam o seu trabalho publicado e divulgado pelo Instituto, o que favoreceria a circulação de posições previamente acordadas e a construção de certa homogeneidade de pensamento entre seus membros.

Nas palavras de Paschoal Guimãraes,

o instituto “repudiou” sistematicamente a divulgação de todo e qualquer tipo de documento contemporâneo, que pudesse implicar no questionamento das instituições monárquicas, sob a alegação de uma possível parcialidade dos autores, embora existissem exceções, abertas sempre que se tratava de tema ou problema de interesse político imediato (1995, p. 24).

O resultado da ação do IHGB seria a formação de uma intelectualidade alinhada com a própria monarquia e um cenário intelectual que favorecia não o debate, mas o consenso. Mesmo quando havia divergências, como no caso da importância do indígena dentro da iconografia oficial, quando o historiador Adolfo de Varnhagen (1857) discordou da posição indianista de Gonçalves de Magalhães, todos continuavam falando em nome do que acreditavam ser o melhor para a sustentação e longevidade da própria monarquia de Bragança.

A coerência de pensamento que se formou através do IHGB fica clara na capacidade da elite imperial de fortalecer a narrativa oficial da monarquia. É a partir dos debates do IHGB, por exemplo, que o mesmo Varnhagen irá propor uma leitura monarquista da história brasileira, contrapondo-a às histórias republicanas que se formavam no continente e defendendo a unidade continental do país sob a batuta de Pedro II. É também no IHGB, como aponta Kaori Kodama (2009), que se desenvolverá um indianismo pautado em uma única tribo mítica guarani, que fortaleceria a tese da indivisibilidade do território nacional e seria ponto de partida para o indianismo tanto de Araújo Porto Alegre como de José de Alencar. A construção de um discurso hegemônico e coerente fica ainda mais clara quando pensamos nas ausências de certos temas no romantismo oficial brasileiro durante boa parte do Segundo Império.

Como já apontou Ângela Alonso, o apagamento do escravizado dos mitos fundacionais brasileiros não era um acaso, mas respondia a um desejo claro das elites escravocratas brasileiras de excluí-los de qualquer debate sobre cidadania (2015, p. 369). Da proposta inicial de um encontro de três raças, presente em Ferdinand Denis e Von Martius, o romantismo oficial caminha para a valorização do encontro

entre somente indígenas e portugueses como símbolo fundacional brasileiro. O próprio Gonçalves Dias, estrela da literatura nacional do período, veria o seu texto abertamente abolicionista, “Meditações,” ser convenientemente ignorado por seus pares do IHGB (Marques, 2010).

Se os debates e discordâncias entre os membros da geração de 1837 eram abertos, revelando tensões na construção do projeto nacional argentino, no Brasil a hegemonia do IHGB daria ao movimento romântico a aparência de um grande consenso aliado à monarquia de Bragança, impressão que ruiria somente no último quartel do século XIX com o desgaste interno e externo da monarquia causado pelos debates acerca da abolição, o envelhecimento de Pedro II e o fortalecimento de uma alternativa republicana para o país. A construção de uma oposição à monarquia e a luta pela abolição se dariam fora do IHGB, que se manteria fiel ao imperador mesmo após a proclamação da República em 1889 (Carvalho, 2008).

### **III. Alberdi e Magalhães: duas trajetórias**

O resultado dos diferentes contextos do Brasil e da Argentina pode ser facilmente apreciado nas trajetórias de Gonçalves de Magalhães e Juan Bautista Alberdi, dois membros-chave das primeiras gerações românticas de cada país. As trajetórias deles são sintomáticas dos impulsos de coesão e disputa que vimos respectivamente no IHGB e no Salão de Sastre. Como já exposto, na Argentina, a ausência de um projeto hegemônico para o país e de uma estrutura que impusesse uma posição oficial à geração de 1837 prolongaria as disputas pelo Estado até o último quartel do século XIX; enquanto no Brasil a leitura oficial proposta e divulgada principalmente pelo IHGB levaria escritores a adaptarem suas posições para melhor se enquadrarem às posições oficiais da monarquia.

Alberdi e Magalhães ascenderam de forma rápida a líderes de suas gerações e editaram com colegas importantes revistas visando a modernização cultural de seus países, respectivamente a revista *La Moda* (1838) e a revista *Nitheroy* (1836). De uma família tradicional da província de Tucumán, Alberdi transferiu-se para Buenos Aires em

1824 para completar seus estudos, primeiro no Colegio de Ciencias Morales de Buenos Aires e, posteriormente, na Faculdade de Direito da Universidade dessa mesma cidade, onde conheceria outras figuras importantes da sua geração. Foi nesse período que Alberdi participou do Salão de Marcos Sastre, antes de partir para o exílio em 1838. Durante o exílio, Alberdi residiu no Uruguai, no Brasil, na França e no Chile, retornando ao seu país de origem somente após a queda de Rosas em 1852 (Rodríguez Pérsico, 2003).

Magalhães, por sua vez, formou-se em medicina no Rio de Janeiro em 1832, mas, já ciente de que desejava seguir uma carreira nas letras, partiu para a França em 1833 para completar sua formação. Durante seus anos na faculdade de medicina, editara com colegas uma revista literária e aproximara-se de outros jovens artistas do período, conhecendo Araújo Porto Alegre e Torres Homem, que editariam junto de Magalhães os dois volumes da revista *Nitheroy* e se tornariam importantes membros do establishment cultural do período (Pinassi, 1998). Sua estadia na França fora custeada, ao menos em parte, pelo Estado brasileiro através de serviços prestados pelo poeta à missão diplomática brasileira em Paris; uma experiência bastante diversa do exílio forçado de Alberdi e outros jovens da Argentina. Ao retornar ao Brasil, Magalhães seria indicado como professor de filosofia do Colégio Pedro II, onde também lecionariam outros escritores românticos como Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo, e integraria as fileiras do IHGB.

A trajetória de Magalhães, de rápida e produtiva integração ao establishment brasileiro, também fora um desejo de Alberdi, mas interditado pela guerra civil que se instauraria no país. Nos debates do Salão de Sastre, como já mencionamos, Alberdi posicionara-se junto daqueles que acreditavam na necessidade de uma aproximação a Rosas, pois achavam que um Estado forte poderia facilitar a implementação de um projeto modernizante semelhante ao que os jovens românticos brasileiros propunham no Brasil. Germaine de Staël (1991 [1800]), afinal, defendera em ensaio central para a difusão do romantismo no ocidente que as instituições de um país seriam cruciais para o desenvolvimento do espírito nacional de um povo, algo posteriormente repetido por Ferdinand Denis (1826), indicando a necessidade dos intelectuais românticos de se aproximarem de seus governos nacionais.

Nada mais natural, então, que os românticos latino-americanos buscassem se integrar aos seus Estados em formação e participar da construção nacional de seus países. Alberdi, em 1837, publica o seu *Fragmento preliminar al estudio del derecho*, no qual explica em maior detalhe a sua crença na aproximação com Rosas e sua leitura da situação argentina. Para unir as províncias do Prata, ameaçadas de uma dissolução em estados menores, era bem-vinda a mão forte de um governante centralizador e os jovens românticos poderiam se beneficiar de uma aproximação com Rosas. Entretanto, seus colegas do Salão, principalmente Echeverría, Gutiérrez e Sarmiento – que acompanhava os debates a distância –, já articulavam a formação de *La Asociación de Mayo* e se preparavam para o exílio e o conflito direto contra o caudilho. As diferentes posições, como já apontamos, foram discutidas no Salão e pressupunham diferentes leituras do país, mais ou menos centralistas (Guazzelli, 2004).

Mesmo com a partida ao exílio de alguns de seus contemporâneos após o encerramento do Salão, Alberdi tenta um último gesto de aproximação com o governo Rosas e publica a revista *La Moda*, editada em parceria com Rafael Corvalán, filho de um importante membro do partido Federal, o mesmo do caudilho.<sup>4</sup> A revista, de certa forma, não muito diferente da revista *Nitheroy*, propõe trabalhar pela modernização – ou, em grande medida, pela afrancesamento – da cultura do Prata, focando principalmente em artigos sobre comportamento e artes, uma forma de evitar entrar de forma direta nas disputas políticas do período. Ainda assim, a política aparece de forma curiosa na revista, primeiro jocosamente, como nas referências à cor vermelha, a cor do governo federal, e depois de forma mais direta. Em artigo não assinado, os editores indicam ser o vermelho a nova cor da moda que deveria ser utilizada pelas senhoras e jovens nos salões de Buenos Aires: “Tal es entre nosotros el color punzó, emblema de la idea federativa: es a la vez un color político y un color de moda” (1840, p. 4). Conforme a tensão entre Rosas e seus opositores aumenta e a violência repressiva do caudilho faz-se mais explícita e generalizada, os temas políticos tornam-se inevitáveis.

<sup>4</sup> Sobre a revista *La moda*, ver, entre outros, o estudo de Weinberg (1985), principalmente o seu capítulo xiv (pp. 86-93).

Em uma lista onde os editores de *La Moda* sugerem palavras-chave para pensar a Argentina, para a letra C eles escrevem:

Esta letra, más que ninguna otra del alfabeto, ha tenido una suerte especial entre nosotros respecto a su pronunciación. Y con razón tal vez, por un extraño destino gramatical. Las palabras políticas más odiosas se inician por ella: c-etro, c-epo, c-árcel, c-adenas, c-alabozos, c-adalsos, c-astigos, c-astillos, c-olonias, c-oronas, c-ensura (1839, n.º 18, p. 8).

Através da brincadeira, os editores reafirmam suas convicções republicanas, e criticam a violência reinante no país. A revista, com pouco mais de um ano de circulação, seria proibida pelo governo Rosas, e Alberdi partiria para o exílio onde se juntaria a seus companheiros do Salão de Marcos Sastre na oposição ao caudilho. A divergência inicial, sobre como lidar com o governo federal de Rosas, deixou de importar, ainda que persistissem as diferentes leituras da realidade Argentina e de como o Estado deveria se estruturar, temas que retornariam após a queda do caudilho e causariam nova cisão entre os jovens de 1837.

O que nos interessa notar aqui é como a união mais explícita que se forma entre os jovens de 1837 não está em um programa para o país, mas sim no próprio enfrentamento a Rosas.<sup>5</sup> A disputa entre federalismo ou unitarismo, a discordância central entre o período, será deixada de lado até a chegada dessa geração ao poder. No exílio, Alberdi deixa clara sua oposição ao caudilho, unindo-se a Echeverría e Sarmiento, e relegando para outro momento o debate sobre a melhor forma de reconstruir o país. No ensaio “La República Argentina 37 años después de la Revolución de Mayo”, Alberdi escreve: “Qué ha hecho Rosas hasta aquí de provechoso al país, hablando con imparcialidad y Buena fé? – Nada: – Un inmenso ruido, y un grande hacinamiento” (1886, p. 239).

Após a derrota de Rosas para Urquiza na batalha de Caseros em 1852, as discordâncias entre Alberdi e seus colegas de geração retornarão ao primeiro plano. Alberdi aproximar-se-á de Urquiza,

<sup>5</sup> Meu argumento, aqui, é o mesmo de Laura Demaria em “Querido Alberdi, ‘Mi querido Echeverría’, ‘Sarmiento camina á loco’: Silencios y palabras en las cartas privadas de la Generación del 37” (2000, pp. 19-30).

que adotará o seu projeto de uma constituição federalista para o país, baseada na constituição federalista norte-americana e publicada sobre o título *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*. Sarmiento, entretanto, se desentenderá com Urquiza, partindo novamente para o exílio onde passará a atacar seu colega de geração e proporá, junto de Bartolomé Mitre, uma leitura unitária da Argentina, centrada em Buenos Aires.

Sarmiento (1852), em uma irônica dedicatória de seu *La campaña en el ejército grande*, ataca Alberdi por ter fugido para a Europa em vez de resistir ao cerco que as forças de Rosas fizeram ao Uruguai quando estavam ali exilados, questionando o seu patriotismo. Em resposta aos ataques de Sarmiento, Alberdi famosamente afirma que o escritor de San Juan não passa de um “gaucho malo” das letras, não muito diferente do próprio Rosas, que não aceitava ser contrariado:

La prensa sudamericana tiene sus caudillos, sus gauchos malos, como los tiene la vida pública en otros ramos. Y no por ser rivales de los caudillos de sable, dejan de serlo los de pluma. Los semejantes se repelen muchas veces por el hecho de serlo (Alberdi, 2005, p. 97).

A disputa pelo Estado argentino volta ao primeiro plano, levando a uma atualização das disputas surgidas no próprio Salão de Sastre entre os jovens de 1837 na segunda metade do século XIX. A dificuldade de constituição de uma leitura hegemônica para o país e um cenário de constante disputa pelo Estado, iniciado em parte no Salão de Sastre, seria a face da cultura letreada argentina, o que explica ao menos em parte a força e necessidade do ensaísmo político para os autores dessa geração, em um momento em que no Brasil o folhetim, uma literatura de entretenimento, ganhava maior atenção. De 1837 até 1880, data da federalização da cidade de Buenos Aires, o conflito e a disputa marcarão os intelectuais românticos argentinos, sendo uma exceção o período de união e coesão que mantiveram no exílio e no embate contra Rosas.

Se a trajetória de Alberdi é marcada pelo debate e a disputa com seus colegas de geração, podemos pensar na trajetória de Gonçalves de Magalhães como o seu reflexo invertido; uma trajetória que, apesar de certos momentos de divergências e disputas por atenção,

é marcada pela proximidade com a monarquia e pelo apoio às narrativas oficiais do Império. De certa forma, Magalhães surge na revista *Nitheroy* como uma voz tipicamente romântica, que preza pela oposição entre o novo e o velho e um sentido de rompimento com o passado mais imediato. Há, na revista, além de uma predisposição para a discussão e o apoio à abolição, uma crítica direta ao período colonial e ao jugo português sobre o Brasil.

Em seu “Ensaio sobre história da literatura do Brasil”, apresentado inicialmente no “Instituto de História e Geografia de Paris” em 1836 e reproduzido no número inaugural da revista *Nitheroy*, a retórica de Magalhães lembra a dos jovens românticos e republicanos argentinos de 1837, ao menos na crítica que faz às ex-metrópoles ibéricas: “O Brasil descoberto em 1500, jazeu três séculos esmagado de baixo da cadeira de ferro, em que se recostava um Governador colonial com todo o peso de sua insuficiência, e de sua imbecilidade” (1836, pp. 138-139). Escrevendo durante a regência e antes da fundação do IHGB, Magalhães afirma sua posição, que parece em sintonia com os romantismos europeu e latino-americano, mas não com a tônica geral que o movimento tomará no Brasil nos anos subsequentes.

Como já vimos, o IHGB buscará amenizar a narrativa de rompimento entre Brasil e Portugal, enfatizando a relação de filiação que haveria entre o país e a sua ex-metrópole, ou nação mãe, construção comumente utilizada pelos próprios membros do IHGB. Ainda mais significativa é a maneira como o IHGB e a iconografia oficial irão deslocar a questão da abolição, bastante comentada na revista *Nitheroy*, para segundo plano, focando na necessidade de construção de uma unidade nacional. O tema, indesejado pelas elites escravocratas, seria protelado até quase o fim do século XIX, mas parecera necessário e iminente para o jovem Magalhães na revista *Nitheroy*.

Em 1836, Magalhães seria claro em denunciar a escravidão brasileira e apontar a abolição como um aspecto central na modernização do país:

A Deus praza, que este perigoso fermento, que entre nós gera, este germe de discórdia, ressaíbo ainda da não apurada educação, e sobretudo a escravidão, tão contraria ao desenvolvimento da indústria, e das artes, e tão perniciosa à moral, não empeçam sua marcha, e seu engrandecimento (1836, p. 141).

Após retornar ao Brasil e passar a integrar o IHGB, entretanto, o poeta brasileiro, se não abandona suas posições antilusitanas e abolicionistas, ao menos as deixa em um segundo plano distante, passando a direcionar seus esforços para a consolidação da união nacional do Segundo Império e a construção de uma iconografia indianista para o país, assuntos de interesse do próprio IHGB. Após pouco mais de um ano de professorado no colégio Pedro II, Magalhães assume o cargo de secretário do general Caxias, acompanhando o militar no enfrentamento das últimas rebeliões separatistas da regência e do início do Segundo Império, tornando-se um participante não só da construção simbólica da unidade nacional, mas também de suas campanhas militares.

Em 1845, após a vitória de Caxias contra a revolta da Balaiada, no Maranhão, Magalhães publica na revista *Minerva Brasileira* uma ode ao general “pacificador.” A revolta, em grande parte contra a exploração inerente ao sistema de plantação e à própria escravidão, torna-se na pena de Magalhães uma revolta contra o progresso e a unidade nacional. A vitória de Caxias é a vitória da própria nação: “Em ti d’alma do herói o timbre eu leio: / Da paz, da pátria e da justice esteio [...] / Nós, vencendo-os, à pátria inda os chamamos, / Assim falou o herói de humano peito” (1845, p. 183).

Três anos depois, em 1848, Magalhães retorna ao assunto, e publica o ensaio “Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão”. Nesse novo texto, publicado na *Revista do IHGB*, a mudança de retórica do poeta quanto à escravidão fica clara. Magalhães não critica a escravidão como o fizera antes de entrar no IHGB, mas escolhe apontar que o mal trato aos escravizados, e não o próprio sistema escravocrata, seria o catalizador da revolta: “[...] andam nus ou cingidos com uma pequena tanga, salvas as poucas exceções; e por isso procuram os escravos subtrair-se ao jugo senhoril” (2001, pp. 20-21).

No ensaio, mesmo compadecido com a miséria dos revoltosos, Magalhães passa a maior parte do seu texto louvando Caxias e conectando sua vitória com o próprio Segundo Império e o imperador. No capítulo 27, narra a alegria dos militares ao receberem notícias da maioridade de Pedro II, em 1840, e afirma terem muitos dos revoltosos

mudado de lado após o jovem imperador ter subido ao trono. A escravidão, assunto central da balaiada, é assim transformada em um assunto menor que se dissipa à sombra do próprio imperador e do progresso que ele representaria para o país.

Após quase uma década servindo ao lado de Caxias, em 1847 Magalhães reintegra-se ao corpo diplomático brasileiro, retornando ao estrangeiro para servir em postos no Reino das Duas Sicílias, na Espanha, no Piemonte, na Áustria, nos Estados Unidos, na Rússia e em Santa Fé, onde falece em 1882, tendo alcançado a honraria de ser nomeado Visconde do Araguaia pelo Imperador, uma homenagem aos seus diligentes serviços ao império. É também durante seu período fora do Brasil que Magalhães escreverá o que imaginava ser sua maior contribuição literária ao Brasil, o poema épico *A Confederação dos Tamoios*. Publicado com apoio da própria coroa em 1856 e dedicado a Pedro II, o poema buscava escrever um épico nacional que representasse, para a literatura brasileira, o que *Os Lusíadas* representava para as letras portuguesas e atesta a transformação de Magalhães na voz oficial da monarquia.

Escolhendo como tema de seu poema o conflito entre portugueses, franceses e indígenas no século XVI, Magalhães evita tratar em seu épico da escravidão africana, focando no encontro entre indígenas e portugueses como o marco fundacional do Brasil. As teses defendidas no livro são aquelas que haviam se tornado hegemônicas no IHGB e o nacionalismo é a linha que amarra o seu enredo. Ao inserir o elemento francês na história, Magalhães facilita a escolha de indígenas bons, aqueles aliados a Portugal, e tem na invasão francesa a justificativa para a violência portuguesa na dominação e defesa do território nacional durante o período colonial.

Mais relevante, entretanto, é o canto sexto do poema, onde Jagoanharo, um dos líderes indígenas dos tamoios, cai em sono profundo e tem uma visão do futuro que corresponde *verbatim* à versão oficial da história nacional defendida pelo IHGB; uma visão que associa a história do Brasil à árvore genealógica de Bragança, com destaque para a vinda da família real portuguesa ao Brasil em 1808, pela leitura de Pedro I como herói da independência, que termina com a elevação de Pedro II a líder natural do país, abençoado pelo sol tropical:

Mas vê ao lado do auri-verde sólio / Esse infante gentil, que no seu berço / Pelo sol tropical foi aquecido, / E as auras respirou destas devezas. / Que liberdade e amor bafejam n'alma. / Vê o neto de Reis, de Pedro o Filho, / Desse prudente Lima acompanhado, / No seu paço, sem guardas que o defendam. / Mas como o povo o ama! (Magalhães, 2007, p. 185).

A *Confederação dos Tamoios*, como é sabido, foi recebido de forma mista pela crítica e deu início a uma polêmica nos jornais sobre a pertinência de um poema épico no século XIX e as qualidades literárias do próprio poeta, capitaneada por um jovem Alencar que buscava encontrar um lugar para si mesmo dentro da elite letrada nacional (Castello, 1953). Contra os ataques proferidos pelo jovem romancista, entretanto, o próprio imperador, seguindo a deixa de outros colegas do IHGB do poeta, sairia em defesa de Magalhães, sob a assinatura de “outro amigo do poeta”, deixando claro que o poema estava alinhado com as propostas da monarquia, política e literariamente.

Na disputa que se segue à publicação do poema, que não cabe discutir aqui em detalhe, fica claro como o cenário literário brasileiro do Segundo Império não estava acostumado ao debate e à discordância, mas presava a coesão e o consenso, sempre à sombra do imperador. Em um dos textos da polêmica, sob o pseudônimo de Ômega, um colunista do Correio da Tarde aponta ser inútil confrontar certa “confraria literária” formada somente por “amigos do Sr. Magalhães”, pois eles formam o establishment e sabem que “não lhes convinha [criticá-lo]” e que “era impossível lutar contra a corrente da opinião pública” (2007, p. 64). Não há, no Brasil, a mesma predisposição para o conflito e divergência que vemos na Argentina; ao menos não enquanto não surgiam outras propostas literárias (e políticas) menos próximas da monarquia e da corte fluminense. Magalhães, entretanto, encerraria sua carreira como visconde e fiel súdito de Pedro II, fazendo uso desse contexto para ascender socialmente.

O poeta brasileiro, assim, tem uma trajetória bastante diversa na sua relação com o poder e o establishment do que a de Juan Bautista Alberdi, que passaria a maior parte de sua vida exilado e disputando o Estado com Rosas e, posteriormente, com sua própria geração. A comparação de ambas as trajetórias, entretanto, como espero ter demonstrado,

permite vermos as dinâmicas próprias do primeiro romantismo no Brasil e na Argentina e o efeito que essas dinâmicas tiveram na criação e desenvolvimento da cultura letrada em cada país

## Referências

- Alberdi, J. B. (1886). *La República Argentina 37 años después de su Revolución de Mayo*. In *Obras Completas. Tomo III. La Tribuna Nacional*. <https://n9.cl/bgjaox>.
- Alberdi, J. B. (1958). Doble armonía entre el objeto de esta institución, con una exigencia de nuestro desarrollo social; y de esta exigencia con otra general del espíritu humano. In F. Weinberg (Org.), *El Salón Literario* (pp. 125-134). Hachette. <https://n9.cl/cl4sb>.
- Alberdi, J. B. (2008). *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*. Losada.
- Alberdi, J. B. e Sarmiento, D. F. (2005). *La gran polémica nacional. Cartas Quillotanas / Las Ciento y una*. Leviatán.
- Alonso, A. (2015). *Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro*. Companhia das Letras.
- Amante, A. (2010). *Poéticas y políticas del destierro. Argentinos en Brasil en la época de Rosas*. FCE.
- Carvalho, J. M. de. (2008). Dom João e as histórias do Brasil. *Revista Brasileira de História*, 26(56), 551-572. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882008000200014>.
- Castello, J. A. (1953). *A polêmica sobre a Confederação dos Tamoios*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
- Demaria, L. (2000). “Querido Alberdi”, “Mi querido Echeverría”, “Sarmiento camina á loco”: Silencios y palabras en las cartas privadas de la Generación del 37. *Hispamérica*, 29(86), 19-30. <https://www.jstor.org/stable/20540219>.
- Denis, F. (1826). *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil*. Lecointe et Durey. <https://goo.su/GctSl>.

- Echeverría, E. (1958). Lecturas pronunciadas en el “Salón Literario”. In F. Weinberg (Org.), *El Salón Literario* (pp. 153-179). Hachette. <https://n9.cl/cl4sb>.
- Guazzelli, C. (2004). Sarmiento e Alberdi: o diagnóstico dos males na Argentina do século xix. *Diálogos*, DHI/UEM, 8(1), 31-50. <https://n9.cl/h4oail>.
- Guimarães, L. M. P. (1995). *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. [Teses de Doutorado, Universidade de São Paulo].
- Gutiérrez, J. M. (1958). Fisionomía del saber español: cuál deba ser entre nosotros. In F. Weinberg (Org.), *El Salón Literario* (pp. 135-151). Hachette. <https://n9.cl/cl4sb>.
- Kodama, K. (2009). *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. EDUSP / Editora Fiocruz.
- La Moda. Gacetín semanal de música, de poesía, de literatura, de costumbres.* (2011). (Facsimile). Ediciones Biblioteca Nacional.
- Lotufo, M. (2015). *Nitheroy, Revista Brasiliense* (1836): A Political Bridge Between Rio de Janeiro, Paris, and Hispanic America. *Ellipsis*, (13), 145-163. <https://n9.cl/86zwi>.
- Magalhães, D. J. G. de. (1836). Ensaio sobre história da literatura do Brasil. *Nitheroy. Revista Brasiliense*, 1(1). [Versão digital: <https://goo.su/s1Jz>].
- Magalhães, D. J. G. de. (1845) Ode à paz da provincial do Maranhão. *Minerva Brasiliense*, 3(11), 184-186.
- Magalhães, D. J. G. de. (2001). *Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1829 até 1840*. Siciliano.
- Magalhães, D. J. G. de. (2007). *A Confederação dos Tamoios. Edição facsimilar seguida da polémica sobre o poema* (M. E. Moreira & L. Bueno (Org.). UFPR.
- Marques, W. (2010). *Gonçalves Dias. o poeta na contramão*. EDUFSCAR.
- Myers, J. (2003). “Aquí nadie vive de las bellas letras”. Literatura e ideas desde el Salón Literario a la Organización Nacional. In N. Jitrik (Org.) & J. Schwartzman (Dir. vol.), *Historia crítica de la literatura argentina. Volumen 2. La lucha de los lenguajes* (pp. 305-334). Emecé.

- Parada, A. E. (2007). Los itinerarios lectores de un librero cultural. *El Catálogo de la Librería Argentina* de Marcos Sastre (1835). *Boletín de la Academia Argentina de Letras*, 72(289/290), 215-271. <https://goo.su/eABzj>.
- Pinassi, M. O. (1998). *Três Devotos, uma Fé, nenhum Milagre*. Nitheroy, *revista brasiliense de ciências, letras e artes*. Editora da Unesp.
- Revista do IHGB*. (1839). Tomo 1. IHGB: Rio de Janeiro.
- Revista do ihgb*. (1840). Tomo 2. IHGB: Rio de Janeiro.
- Revista do ihgb*. (1841). Tomo 3. IHGB: Rio de Janeiro.
- Rodríguez Pérsico, A. (2003). Juan Bautista Alberdi: nación y razón. In N. Jitrik (Org.) & J. Schwartzman (Dir. vol.), *Historia crítica de la literatura argentina. Volumen 2. La lucha de los lenguajes* (pp. 279-304). Emecé.
- Rojas, R. (1958). *Historia de la literatura argentina. Ensayo filosófico sobre la evolución de la cultura en el Plata*. Guillermo Kraft.
- Sarmiento, D. F. (1852). *La campaña en el exercito grande*. Imprenta de Julio.
- Sarmiento, D. F. (2011). *Facundo. Civilización y barbarie*. Cátedra.
- Sastre, M. (1958). Ojeada filosófica sobre el estado presente y la suerte futura de la Nación Argentina. In F. Weinberg (Org.), *El Salón Literario* (pp. 103-123). Hachette. <https://n9.cl/cl4sb>.
- Schwarz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças*. Companhia das Letras.
- Schwarz, L. M. (1998). *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Companhia das Letras.
- Staël, G. de. (1991 [1800]). *De la littérature*. GF Flammarion.
- Varela, F. (1958). Carta de D. Florencio Varela a D. Juan María Gutiérrez. Montevideo, 1º de agosto de 1837. In F. Weinberg (Org.), *El Salón Literario* (pp. 183-187). Hachette. <https://n9.cl/cl4sb>.
- Varnhagen, F. A. de. (1857). *História Geral do Brazil*. E. e H. Laemmert.
- Weinberg, F. (1958). El Salón Literario de 1837. In F. Weinberg (Org.), *El Salón Literario* (pp. 9-101). Hachette. <https://n9.cl/cl4sb>.